

De Pouso Frio a Vila Boa Esperança: história oral e memórias da urbanização de Toledo-PR (décadas de 1970 e 1980)

From Pouso Frio to Vila Boa Esperança: oral history and memories of the urbanization of Toledo-PR (1970s-1980s)

Jiani Fernando Langaro*

<https://orcid.org/0000-0003-2048-2927>

Resumo

O trabalho discute memórias da urbanização da Vila Boa Esperança, outrora conhecida como Pouso Frio, bairro periférico de Toledo-PR, edificado nas proximidades da planta industrial do grupo Sadia (atual BRF). Com base em fontes orais e uma matéria da imprensa local, analisa-se como moradores do lugar viveram o processo de formação e urbanização do bairro, ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980, bem como se reflete sobre os sentidos contidos em tais lembranças, produzidas no tempo presente.

Palavras-chave: Oeste do Paraná; Cidade; Imprensa; Memória; Narrativas orais.

Abstract

The essay discusses memories of the urbanization of Vila Boa Esperança, once time known as Pouso Frio, in the suburb of Toledo-PR, edified next to the industry of Sadia group (nowadays known as BRF). Based in oral narratives and one local press text, it analyses how local inhabitants experienced the district built and urbanization process, occurred between the 1970s and 1980s, it also reflects about the meanings of those remembrances, produced in the present time.

Keywords: West Parana; City; Press; Memory; Oral narratives.

Introdução

Toledo¹ é um município paranaense cujas memórias e histórias públicas apresentam, de maneira ufanista, uma trajetória de racionalidade e de

* Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Faculdade de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Goiás. E-mail: jflangaro@ufg.br.

¹ Toledo é um dos municípios do Oeste paranaense, região fronteira à Argentina e ao Paraguai que faz divisa com o estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, possuía 119.353

planejamento que teria se iniciado ainda durante a fundação do local, em 1946, e se arrastaria até o presente.² Como resultado, teríamos uma cidade prenhe de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida, acessíveis a toda a população.³

Todavia, o processo de crescimento urbano local, acelerado nas décadas de 1970 e 1980, quando a cidade recebeu inúmeros migrantes vindos da zona rural, provocou ranhuras nesse tipo de narrativa. A maior delas, sem dúvida, foi o “Pouso Frio”, uma área “irregular” que ficou conhecida na cidade como uma espécie de favela, “recuperada” por meio de uma série de investimentos públicos em infraestrutura. Eles resultaram em sua urbanização, quando o lugar passou a se chamar Vila Boa Esperança.

Em 1988, o livro *Toledo e sua história*,⁴ resultante de um projeto cultural da prefeitura municipal, apresentava a continuidade das obras de regularização e urbanização da Vila Boa Esperança – iniciadas ainda na gestão anterior – como um marco na história da urbanização municipal. A menção a tais empreendimentos no livro de história local testemunha a importância que a

habitantes, o que a tornava a terceira maior cidade da região. Se destaca economicamente como polo agrícola e agroindustrial, com ênfase na planta industrial da Sadia, atual BRF. A esse respeito, ver: INSTITUTO PARANAENSE PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Caderno estatístico*: município de Toledo. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85900>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

²De acordo com Sandra Jatahy Pesavento, o ufanismo foi uma das sensibilidades políticas utilizadas pela intelectualidade gaúcha para construir um imaginário sobre o Rio Grande do Sul baseado na exaltação do meio natural e na defesa de uma pressuposta superioridade de sua população, entendida como forte e abnegada. De maneira semelhante, o ufanismo contido nas memórias públicas de Toledo trata o local como dotado de terras fértilíssimas, que se tornaram produtivas graças ao abnegado trabalho da população local, compreendida como descendente de imigrantes europeus. Entretanto, como afirma Pesavento, o ufanismo não existe sem seu correspondente, o ressentimento, que, no caso gaúcho, se referiria à condição periférica do estado com relação à dinâmica política e econômica do Brasil. Em Toledo, o ressentimento também se faz presente, especialmente no tema do suposto abandono do Estado, que não teria incentivado a “colonização” do lugar. Essas queixas se voltam principalmente contra os governos paranaenses, embora, por vezes, também se projetem contra as administrações federais brasileiras. As duas principais obras de história local – *Toledo e sua história* e *Toledo no Paraná* – são epítomes do binômio ufanismo e ressentimento em Toledo. A esse respeito, ver: NIEDERAUER, Ondy Hélio. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. 2. ed. Toledo: Tolegraf, 2004; PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2004. p. 223-238; SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

³Esse tipo de enredo é recorrente na imprensa local principalmente durante as comemorações do aniversário de emancipação. Algo nesse sentido pode ser visto em: “QUALIDADE DE vida deve ser marca a ser preservada em Toledo”. *Gazeta de Toledo*. Toledo, n. 2360, ano IX, p. 4, 14 e 15 de dezembro de 2002. Editorial.

⁴SILVA et al., op. cit.

formação do “Pouso Frio” e sua conversão em “Vila Boa Esperança” tiveram para a cidade.

Recuando mais de uma década, encontramos uma extensa matéria sobre o bairro no jornal local *Tribuna D'Oeste*. Intitulada “Quem é o dono do Pouso Frio? Ou a história de gente que só quer viver”,⁵ figurou como a manchete principal da edição – elemento revelador da importância conferida ao tema –, que exibiu em sua capa a chamada “Pouso Frio: Um labirinto de problemas quentes”.⁶ O texto jornalístico apresentava as dificuldades de ordem urbana ali existentes, bem como justificava a demora na regulação e urbanização da área:

Na placa colocada na sede do Esporte Clube Paranaense, o contrates [sic] no nome da Vila que todos conhecem por Pouso Frio que é hoje, o bairro que mais cresce em Toledo. Os preços baixos cobrados pela posse das terras é a causa principal de uma verdadeira corrida de moradores ao local. Sem nenhum recurso urbano básico, luz, água, esgoto, o Pouso vive o drama da posse de terra. Seus legítimos proprietários não são conhecidos, o que impossibilita a Prefeitura a levar os recursos necessários à sua população. Uma comissão da Câmara de Vereadores estuda o problema. A situação é grave e promíscua, agravando-se a cada dia e clamando por uma solução.⁷

No interior do jornal, a matéria afirmava que o bairro, dotado 1.000.872 metros quadrados, já possuía mais de quatro mil moradias. Reforçava ainda o que já havia sido apresentado no texto de capa (reproduzido na citação acima), a irregularidade dos terrenos e das construções, bem como a ausência de redes de energia elétrica, água e saneamento, chegando a empregar o vocábulo “semi-favela” para descrever a localidade.⁸

O texto se juntava a outros publicados pela imprensa local durante a década de 1970, que apresentavam problemas sociais decorrentes do crescimento acelerado da população urbana de Toledo, explicado em função das migrações rurais-urbanas. As matérias também pediam tolerância, compreensão e solidariedade da população citadina mais antiga para com os novos

⁵ “QUEM É o dono do Pouso Frio? Ou a história de gente que só quer viver”. *Tribuna D'Oeste*. Toledo, n. 94, ano II, 27 de julho a 03 de agosto de 1977. pp. 10-11.

⁶ “POUSO FRIO: Um labirinto de problemas quentes”. *Tribuna D'Oeste*. Toledo, n. 94, ano II, 27 de julho a 03 de agosto de 1977. Capa.

⁷ Idem.

⁸ “QUEM É...”, op. cit.

moradores.⁹ A reportagem da *Tribuna D'Oeste*, mesmo com a projeção de um olhar censurador sobre a situação – considerada “promíscua” –, não deixava de seguir linha editorial semelhante. Explicava as razões para a explosão demográfica no local, dentre elas a especulação imobiliária e a elevação do preço dos aluguéis em Toledo. Apresentava ainda as principais carências do bairro, reafirmadas por moradores contactados pela equipe do jornal.

A matéria argumentava que a demora do poder público em providenciar a infraestrutura urbana e a regularização dos lotes urbanos se devia ao fato de que a área pertencia a três proprietários, um deles desaparecido na Argentina. Por se tratar de propriedade privada, todo agente público poderia incorrer em comportamento improbo ao realizar investimentos públicos nela.¹⁰ Nesse período, vale lembrar, não existia a figura da usucapião especial urbana coletiva, que somente surgiria com o Estatuto da Cidade, em 2001.¹¹ Mesmo assim, como denunciavam os moradores, muitas promessas de melhorias urbanas já haviam sido feitas por candidatos e políticos da cidade.

Esses são dados importantes, pois, como nos lembra Laura A. Maciel,¹² a imprensa, ao ser tomada como fonte histórica, não pode ser concebida como simples reflexo da realidade, e sim como forma de intervenção nela. Em direção semelhante, Maria R. C. Peixoto e Heloisa F. Cruz¹³ nos lembram da importância das campanhas movidas pela imprensa na construção de opinião pública e instituição de memórias.

A *Tribuna D'Oeste*, conforme percebemos, se engajou na gestão do prefeito Duílio Genari (1977-1982).¹⁴ Eleito em função da legislação eleitoral mesmo sem ter sido o candidato mais votado no pleito do ano anterior, ele era encarado com certo ceticismo e sofria oposição no interior do próprio partido.¹⁵ O

⁹ Um desses textos é: FERREIRA, Edílio. “Presentes de aniversário”. *A voz do Oeste*. Toledo/PR, ano VII, n. 189, p. 3, 14 de dezembro de 1974. Falei e disse.

¹⁰ “QUEM É...”, op. cit.

¹¹ A esse respeito, ver: BRASIL. *Lei n. 10257/2001*. Estatuto da Cidade. Datiloscrito, Brasília, 10 de julho de 2001.

¹² MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. pp. 14-40.

¹³ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 35, pp. 255-272, dez. 2007.

¹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. *A Câmara nos 50 anos*. Toledo: Câmara Municipal de Toledo, 2002. p. 10.

¹⁵ A esse respeito, ver: LANGARO, Jiani Fernando. *Quando o futuro é inscrito no passado: Literatura historiográfica, periodismo e memórias públicas da fundação de Toledo (PR) 1953-2011*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

jornal, nesse contexto, apoiava o projeto industrializante¹⁶ daquela administração municipal e, especificamente sobre o “Pouso Frio”, realizava um duplo movimento: 1) dissuadir possíveis conflitos entre os moradores do bairro e o restante da população da cidade, a quem há décadas se tentava convencer de que Toledo era uma urbe exemplar, racionalmente planejada e, no limite, “perfeita”; 2) Justificar o porquê de muitas promessas realizadas durante a campanha eleitoral, ocorrida no ano anterior, ainda não terem sido cumpridas.

Enfim, essas duas fontes – memorialística e hemerográfica – nos ajudam a traçar um panorama acerca dos significados do bairro em estudo no âmbito da cidade de Toledo-PR, para que seja possível compreendermos a importância de sua urbanização. Todavia, tais fontes de pesquisa nos trazem olhares externos aos dos moradores da localidade. Diante disso, nos cabe questionar como esses processos de transformação foram experimentados¹⁷ pelos próprios moradores do bairro, com base em seus referentes culturais¹⁸ e trajetórias de vida. Para responder a essa questão lançamos mão da história oral.

As entrevistas escolhidas para problematizarmos neste artigo integram o acervo de um projeto de pesquisa¹⁹ mais amplo, que visa a análise de narrativas orais de moradores das periferias urbanas de Toledo-PR, produzidas entre 2008 e 2010. O foco da investigação reside nas migrações rurais-urbanas, nos viveres citadinos, nos movimentos sociais e nas demais formas de lutar por direitos na cidade. Entre os bairros estudados encontra-se a Vila Boa Esperança.

Dentre as entrevistas orais constantes do acervo do projeto, escolhemos duas para problematizar neste texto. A primeira é de João,²⁰ realizada em 20 de janeiro de 2010, quando ele tinha 49 anos de idade e trabalhava na

¹⁶ “TOLEDO: CAPITAL da cultura quer expansão industrial”. *Tribuna D’Oeste*. Toledo, n. 90, ano II, p. 17, 29 de junho de 1977.

¹⁷ Para essa discussão, utilizamos o conceito “experiência”, de Edward Palmer Thomson. O autor reafirma, no âmbito da história social, a importância da ação humana e da cultura. In: THOMPSON, E. P. “O termo ausente: experiência”. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981. pp. 180-201.

¹⁸ Compreendemos “cultura” dentro dos sentidos (antropológicos) conferidos por Raymond Williams, que a concebe como um processo gerador de modos de vida. In: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1979.

¹⁹ LANGARO, Jiani Fernando. *História, Memória e Cidade: Culturas, trajetórias de vida e lutas por direitos no Brasil Contemporâneo*. Goiânia: PRPI/UFG, 2016. 10 p. (PRPI/UFG. Projetos de pesquisa institucionais. Projeto PI0610-2016). Projeto em andamento.

²⁰ JOÃO, pedreiro, morador da Vila Boa Esperança, Toledo-PR. A entrevista foi realizada em 20 de janeiro de 2010, quando ele possuía 49 anos de idade. Nome fictício adotado para preservar a privacidade do entrevistado.

construção civil. A outra narrativa é de Maria,²¹ esposa de João, que tinha 55 anos quando da realização da entrevista, no dia 20 de janeiro de 2010, ocasião em que laborava como dona-de-casa.

Ambas as entrevistas foram produzidas por meio da metodologia de história de vida, em que se explora não apenas o tema de interesse do pesquisador, mas a trajetória dos narradores como um todo. Escolhemos essas narrativas por serem de um casal que já vivia no local desde quando ali era uma área rural e, portanto, tinham uma contribuição bastante original para o tipo de estudo proposto.

Para atingir nossos objetivos, adotamos uma concepção de história oral que não a entende apenas como um recurso para obtenção de informações, tampouco a tratamos em termos de verdade ou mentira. Segundo Alessandro Portelli,²² a subjetividade não é um tipo de distorção, mas a maior contribuição que as narrativas orais podem dar à história. Isso porque ela expressa as formas como uma pessoa lembra o passado narrado, com base nos valores e demais elementos sociais e culturais compartilhados por seu grupo.

Assim, entendemos que, ao trabalhar com história oral, também precisamos discutir memória. Os fatos passados, narrados em uma entrevista, não estão guardados em um compartimento fechado, dentro da mente dos narradores. Como pondera Alistair Thomson,²³ toda narrativa oral é produzida no presente, a partir do qual se rememora o passado. Com base no conceito “recomposição de memórias”, o autor nos mostra como os narradores reelaboram suas reminiscências à luz do presente, para se sentirem confortáveis com suas vidas cotidianas e/ou para que suas lembranças se conectem melhor com as lutas políticas que empreendem.

Assim, diante do exposto, entendemos que a temática deste trabalho lida diretamente com a história do tempo presente. François Dosse²⁴ afirma que a profusão de trabalhos historiográficos envolvendo a discussão sobre

²¹ MARIA, dona-de-casa, moradora da Vila Boa Esperança, Toledo-PR. A entrevista foi realizada em 20 de janeiro de 2010, quando ela possuía 55 anos de idade. Nome fictício adotado para preservar a privacidade da entrevistada.

²² PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. *Tempo*. Rio de Janeiro, UFF, v.1, n.º 2, pp. 59-72, 1996.

²³ THOMSON, Alistair. “Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional”. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n.º 16, pp. 277-296, fevereiro de 1998; THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias”. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n.º 15, pp. 51-71, abril de 1997.

²⁴ DOSSE, François. “História do tempo presente e historiografia”. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, UDESC, v. 4, n. 1, pp. 5-22, jan./jun. 2012.

memória, ocorrida nas últimas décadas do século XX, colocou em pauta o tempo presente na história. A partir de então, não importava mais apenas entender o passado – por mais longínquo que ele fosse –, mas compreender as razões pelas quais as pessoas se recordam dele, com base no presente.

Essa questão se fez sentir com intensidade na história oral, em função do que já expomos neste texto. Marieta de Moraes Ferreira,²⁵ por sua vez, reforçou a concepção de que a história oral impulsionou a história do tempo presente no Brasil. Argumenta a autora que, ao se discutir o conteúdo dessas fontes, é inevitável pensar no presente em que uma entrevista foi produzida, quando então memórias foram reelaboradas pelos narradores.

Essas escolhas metodológicas implicaram ainda em situar este estudo no campo das relações entre história social e cultura urbana e não em uma história urbana que pensasse a cidade apenas em termos estruturais. Conforme alerta Déa Ribeiro Fenelon, “[...] a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder”.²⁶ Essa perspectiva, de certa forma, também vai ao encontro de Michel de Certeau,²⁷ em sua discussão sobre o espaço urbano. O autor foca seu trabalho no uso que as pessoas fazem dos espaços da cidade ao refazer, resistir e até mesmo fugir das estratégias de controle instituídas pelo planejamento urbano.

Dentro dessa chave interpretativa, nos inspiram estudos já realizadas na região Oeste do Paraná, como os de Robson Laverdi²⁸ e de David Félix Schreiner.²⁹ Laverdi explorou, em sua pesquisa sobre Marechal Cândido Rondon (antigo distrito de Toledo), lembranças e narrativas orais de sujeitos cujas trajetórias não costumam ser valorizadas nas cidades da região, onde se consagra a memória dos “pioneiros”, assim considerados os migrantes sulistas considerados descendentes de europeus que aportaram no local com algum capital nas décadas de 1940 a 1960. Schreiner, por sua vez, discutiu as mudanças ocorridas em Toledo a partir das políticas modernizantes de forte

²⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 3, n. 5, pp. 314-332, 2002.

²⁶ FENELON, Déa Ribeiro. “Introdução”. In: *Cidades*. São Paulo: Olho d’água, 2000. p. 7.

²⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2000.

²⁸ LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores na paisagem social do extremo oeste Paranaense (1970-2000)*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2005.

²⁹ SCHREINER, Davi Felix. *Cotidiano, Trabalho e Poder: a formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná*. Toledo: Ed. Toledo, 1997.

impacto social negativo desenvolvidas pela ditadura civil-militar nos anos 1970. Seu trabalho mostra uma cidade em transformação, com a emergência de movimentos sociais e a intensificação das lutas dos trabalhadores, alternados com estratégias de adaptação às novas realidades vividas. As duas obras renovaram a historiografia do Oeste do Paraná, deram visibilidade a novos sujeitos e, ao tomar as cidades estudadas com base no diálogo entre história social e cultura urbana, as abordaram em suas pluralidades, contradições e conflitos.

O trabalho que ora desenvolvemos busca segui-los ao focalizar a expansão urbana de Toledo, nas décadas de 1970 e 1980, sob a ótica de seus moradores. Assim, analisamos a formação de um bairro periférico da cidade – “irregular”, sob o ponto de vista legal – marcado por uma origem de precariedade. Todavia, não se trata de uma ocupação, mas de um processo de loteamento realizado por posseiros rurais juntamente com imobiliárias.

As narrativas orais selecionadas para esta discussão lançam luz sobre as peculiaridades da formação do bairro, que combina precariedade/“irregularidade” com negócios urbanísticos. Elas respondem às nossas questões sobre como moradores que ainda habitam o lugar se recordam de seus envolvimento pessoais e familiares com a formação de uma região periférica da cidade, tratada pelo poder público e pela imprensa como uma espécie de “ferida” no tecido urbano de Toledo, cidade que se pretendia “perfeita”.

E o campo se tornou cidade: lembranças do loteamento da Vila Boa Esperança.

As memórias públicas³⁰ de Toledo enfatizam o surgimento do município a partir da obra colonizadora de uma imobiliária privada, a Maripá. Um dos grandes ufanismos contidos nessas memórias se projeta sobre a legalidade das terras adquiridas e revendidas pela empresa, fator responsável por uma suposta ausência de conflitos na formação histórica do local.³¹ Entretanto, é preciso ressaltar que o município de Toledo também é composto por áreas de posses, cuja titularidade era nebulosa até sua regularização. Algumas delas se situavam nos arredores do núcleo urbano original. Em uma dessas áreas, localizada na atual Linha Mandarina – distante aproximadamente oito

³⁰ Sobre esse conceito, ver: GRUPO MEMÓRIA POPULAR. “Memória popular: teoria, política, método”. In: FENELON et. al., op. cit. pp. 282-295.

³¹ Sobre isso, ver: NIEDERAUER, op. cit.

quilômetros da sede municipal –, se verificou a presença de pistoleiros e de potenciais conflitos.³²

Outra dessas áreas rurais de posses ficou conhecida como “Pouso Frio” e era limítrofe à área urbana de Toledo, localizando-se nas imediações do Frigorífico Pioneiro, fundado ainda na década de 1960, depois adquirido pelo Grupo Sadia (atual BRF).³³ A indústria impulsionou a expansão urbana daquela área, transformando em cidade o que até então era campo. Essa área rural era, no entanto, habitada, pois havia sido dividida em vários sítios, cujos detentores eram pequenos produtores rurais familiares. João, o primeiro narrador cujas memórias trabalharemos neste texto, é membro de uma dessas famílias de sitiantes.

Sobre sua trajetória pessoal, ele relata que nasceu no município de Alto Piquiri, próximo a Toledo. Seu pai era gaúcho da cidade Passo Fundo e sua mãe catarinense de Canoinhas. De Alto Piquiri eles se transferiram para Toledo em 1961, onde compraram um terreno na Vila Operária, um bairro de trabalhadores. Depois a família comprou o direito de posse de um dos sítios que existiam no Pouso Frio. Era, portanto, uma família de “caboclos”³⁴ sulistas que, como outras tantas, migrou para o noroeste do estado e, posteriormente, para Toledo. Ali os pais de João trabalharam em atividades urbanas e habitaram a periferia da cidade até realizarem o sonho da conquista da terra mediante a aquisição, com suas economias, de uma área rural não-titulada e, portanto, de menor valor de mercado. Mais tarde, na década de 1970, o local seria incorporado ao tecido urbano.

João gosta muito de lembrar o tempo em que vivia no sítio com sua família. Relata, com riqueza de detalhes, a vida no campo e o contato com a mata, mas também constrói ricas narrativas sobre o avanço do espaço urbano sobre aquela área rural, nos explicando o processo de loteamento:

É, é, igual era o antigo Pouso Frio, aí, quando, quando foi... porque esse aqui foi legalizado, depois que o... finado meu pai ele, resolveu lotear, sabe? Antigamente era uma, era um... um contrato que fazia, entende? Aí depois dessa, desse contrato, que foi feito, aí meu pai resolveu, é... por aquela imobiliária s... as... [omitido pelo autor], imobiliária [omitido pelo autor], que veio

³² A esse respeito, ver: BEAL, Vitor. *Tempo de Heróis*. História de Toledo, oeste do Paraná: a parte esquecida que o tempo não conseguiu apagar. Toledo: GFM Gráfica e Editora, 2009.

³³ NIEDERAUER, op. cit.

³⁴ Embora esse conceito seja problemático, por muitas vezes ocultar a presença indígena, o utilizamos – com ressalvas – por já estar consagrado no cotidiano e na historiografia (acadêmica, inclusive) do Sul do Brasil.

e, e abriram as estradas né? Aí cortaram o terreno, aí através do do quem deu uma mão, para fazer... fazer tudo a papelada desse, desse Pouso Frio aqui foi o... o Duílio Genari, sabe? Através dele que ele resolveu ajudar o pessoal a cada um legalizar, fazer a escritura do seu terreno, mas foi através do Duílio Genari! [...] Foi ele, não foi outro, outro prefeito de jeito nenhum, foi ele. Então a pessoa que tinha aquele papelzinho lá igual você hoje faz um contrato hoje em dia né? Tá? Só que naquele tempo não ia registrar em cartório[,] nem existia, era só, os dois assinavam ali, né? E através daquele, contrato, que o Duílio Genari, ele arrombou um cartório de imóvel aí então cada pessoa ia lá e... se era, comparação, duzentos, para fazer uma escritura [n]aquele tempo, a pessoa ia pagar setenta e cinco, oitenta reais, que ele tinha um, um convênio com o, escriturário, então eles fizeram, ah mas aqui[lo] ajudou muita gente você imagina o... né? E... e aqui o pai vendeu foi sessenta e... e três lotes [...].

João narra, na passagem acima, dois processos. Um deles foi o loteamento realizado por seu pai em parceria com uma imobiliária. Na sequência, relata a atuação do prefeito Duílio Genari no processo de titulação da área, conferindo a ele protagonismo e o *status* de único administrador público que teria trabalhado pela causa. Essa perspectiva difere de *Toledo e sua história*,³⁵ obra que ressalta o papel da gestão seguinte – de Albino Corazza Neto (1983-1987), eleito pelo PMDB e, portanto, em oposição ao grupo de Genari – na urbanização de parcela daquela área. Tais elementos revelam uma disputa mnemônica, em que João se posiciona enfaticamente.

O entrevistado também dá menor ênfase aos problemas vividos no bairro, principalmente os de ordem legal, quando comparamos sua fala com a matéria de jornal citada na abertura deste artigo, que, frise-se, contou com a participação de moradores. Como nos lembra Alessandro Portelli,³⁶ a narração do tempo nas fontes orais é carregada de sentidos. João, ao tratar loteamento e regularização a uma só vez – algo que, no entanto, sabemos ter demorado mais de dez anos –, constrói a noção de que a escrituração dos lotes teria transcorrido de forma rápida e sem grandes problemas. Para reforçar seu argumento, se apoia na prática corrente na época, quando era incomum fazer as escrituras dos imóveis, mantendo-se em mãos apenas contratos de compra e venda.

³⁵ SILVA et al., op. cit.

³⁶ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral”. In: FENELON et al., op. cit. pp. 296-313.

Ele também narra em detalhes a forma como os sitiantes, junto com uma imobiliária, parcelaram as terras. Afirma que seu pai teve um papel relevante nesse processo, por realizar o primeiro loteamento e então demonstrar aos vizinhos que o negócio seria viável. Conforme relata, tal medida foi uma alternativa para a agricultura em crise no período.³⁷ Prosseguindo com a narrativa, enfatiza a importância do empreendimento, apontando que seu pai acabou por ficar conhecido como o “dono do Pouso Frio”:

...até o meu, meu pai[,] é o pessoal brincava com ele, ele, às vezes ele to, tomava um, aí foram entrevistar ele um dia, ele contando, desde onde que ele é dono aqui, aí colocaram ele no jornal ele meio “chumbiado” [alcoholizado] [riso] estava escrito assim, fizeram, uma frase para ele: “Quem é o dono do Pouso Frio?” [riso] até ele saiu no jornal, quer ver, aquele, jornal A Voz do Oeste [Tribuna D’Oeste] [n]aquele tempo que é... quando começaram até saiu, eu não sei o que que ele fez daquele jornal que ele consumiu com o jornal[,] mas estava, até bem engraçado, o velhinho meio “tchuqui” [alcoholizado] saiu, ele no jornal e a frase embaixo “Quem é o dono do Pouso Frio?”. Então, mas só que era uma pessoa muito querida pelo povo aí, nossa! Ele ajud[ava], ele ajudava[,] não era um[,] nem dois[,] nem três[,] não, então [ele] não podia ver uma pessoa passar, necessidade de, de alimentação, ele tinha o prazer dele ir pegar e comprar num, num mercado aí[,] naquele tempo falava só, mercearia, ia a, a, enchia uma caixa de compra ali sem a pessoa saber, quem que ele era, ia lá só ele olhava assim naquelas casas bem humildes[,] pobrezinhas ali, ele chegava com a, com a caixa de de compra e falava: “essa aqui é para, para vocês aí”, ih[,] tinha, gente que ficava emocionado em ver as atitudes que ele tinha, sabe? Ele foi muito bem querido aqui nesse bairro.

Nessa passagem, o narrador menciona a matéria da *Tribuna D’Oeste* exposta anteriormente. Segundo afirma, a equipe do jornal entrevistou seu pai quando ele estava um pouco alto, razão pela qual João relata de forma bem-humorada a situação. Destarte, constrói esse episódio como o momento em que seu pai teria sido reconhecido publicamente como o fundador do bairro.

³⁷ Nesse período, a ditadura civil-militar brasileira empreendia a modernização do campo, um conjunto de transformações tecnológicas baseadas no uso de insumos químicos e de máquinas agrícolas nas lides rurais. Para aderir ao projeto, os agricultores contraíam empréstimos junto ao Banco do Brasil e ofereciam a propriedade rural como garantia. Áreas muito diminutas não perfaziam os requisitos para obtenção de financiamento, o que motivou seus proprietários a vendê-las e migrar para áreas urbanas ou para novas fronteiras agrícolas. Sobre os impactos desse processo em Toledo, ver: SILVA et. al., op. cit.

Assim, trata a foto do progenitor, estampada na matéria, juntamente com o subtítulo “Quem é o dono do Pouso Frio?”, como uma espécie de chancela oficial dele como o grande artífice do lugar. Trata-se de uma leitura bastante particular do jornal, feita por João, uma vez que o veículo de imprensa lançava a questão para informar aos leitores as dificuldades existentes para a regularização da área, decorrentes do desaparecimento de parte de seus proprietários legais. Eles, embora tenham abandonado aquele espaço, pela legislação da época, ainda detinham o direito de propriedade, algo que impedia investimentos públicos no local. Esse episódio revela a importância da usucapião especial urbana coletiva, figura jurídica criada somente décadas depois.

Na passagem citada anteriormente, João também constrói memórias em que seu pai aparece como um benfeitor que ajuda as famílias pobres residentes na Vila Boa Esperança. Dessa forma, parece querer afastar do progenitor uma possível imagem negativa, como quem teria ajudado a criar um bairro sem infraestrutura, tendo convertido as dificuldades alheias em ganho pessoal. Essa memória moralista sobre a constituição de inúmeros bairros periféricos de Toledo é muito corrente na cidade, tendo muitos moradores (de outras localidades) se sentido prejudicados pelas imobiliárias, o que os leva geralmente a elogiar o estabelecimento de uma legislação, na década de 2000, que proíbe a venda de terrenos urbanos em loteamentos sem infraestrutura.³⁸ Mesmo ovacionada, é fato que, após essa nova regulamentação do espaço urbano, o preço de aquisição dos imóveis subiu sobremaneira na cidade.³⁹

Essas questões, em virtude de sua complexidade, requerem algumas ponderações. Os pais de João (e seus vizinhos sitiantes) eram pequenos produtores rurais para quem a manutenção do sítio, com a modernização do campo empreendida pelo regime ditatorial, tornou-se inviável. Para a família do entrevistado era necessário encontrar alternativas. Elas foram viabilizadas pela imobiliária que tomou a frente no processo de loteamento do sítio, a qual foi, de fato, a grande agente da mercantilização desse espaço. O ambiente para o empreendimento era propício, pois, no final da década de

³⁸ A esse respeito, ver: LANGARO, Jiani Fernando. “Lembranças de um tempo que se foi? experiências, lutas por direitos e movimentos sociais de trabalhadores residentes nos jardins Panorama e América de Toledo (PR) na década de 1980”. *História e Perspectivas*. Uberlândia, UFU, n. 51, pp. 143-184, jul./dez. 2014.

³⁹ Os economistas Thiago Garibaldi Resende e Luiz Alberto Cypriano reconhecem a contribuição do Plano Diretor para a elevação dos preços dos imóveis em Toledo, juntamente com a renda per capita local – entendida por eles como o principal fator – e a formação do polo universitário. In: RESENDE, Thiago Garibaldi de; CYPRIANO, Luiz Alberto. “Valorização dos lotes urbanos na cidade de Toledo: uma análise econométrica no período de 1998-2008”. *Urbe*. Curitiba, PUC-PR, v. 2, n. 1, pp. 107-116, jan./jun., 2010.

1970, o “milagre brasileiro”,⁴⁰ com seu crescimento econômico acelerado, mas altamente concentrado, já havia se desfeito e mostrava que o regime autoritário não cumpriria suas promessas de progresso e prosperidade. Como resultado, verificou-se crise, inflação e aumento no custo de vida, que afetaram diretamente os trabalhadores. Nesse período, Toledo assistiu a um grande crescimento de população urbana.⁴¹ As indústrias locais⁴² eram um atrativo para quem saía do campo, impulsionando a especulação imobiliária. Era essa população empobrecida pelos projetos da ditadura que afluía para o bairro, uma vez que, segundo a matéria do jornal *Tribuna D’Oeste*,⁴³ dirigia-se ao lugar pessoas que não tinham mais condições de pagar os altos preços dos aluguéis praticados na cidade.

Essa situação, vale frisar, se acentuou e, na década seguinte, diversos movimentos sociais foram criados nos bairros periféricos de Toledo. Muitos desses locais não tinham problemas com a titularidade dos terrenos, por isso os movimentos focavam na luta por infraestrutura urbana, tal como rede de água, energia elétrica, transporte público, asfaltamento de vias urbanas, instalação de escolas, dentre outras demandas. Esses movimentos sociais urbanos foram tão fortes que a gestão municipal do PMDB tornou o diálogo com eles um dos carros-chefes das políticas públicas locais. Em função disso, muitos desses movimentos não foram reconhecidos como tais, sendo tratados como meros desdobramentos das ações do poder público.⁴⁴

Por essa razão, uma das preocupações da pesquisa foi verificar potenciais mobilizações por melhorias urbanas nos bairros. Com João, também procuramos dialogar sobre esses temas e tentamos descobrir se, na década de 1970, já existia algo do gênero na localidade em que vivia:

⁴⁰ Sobre o “milagre brasileiro”, ver: PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 207-241.

⁴¹ Em 1970, a população de Toledo era de 68.885 pessoas, das quais apenas 14.986 residiam no meio urbano e 53.899 no meio rural. Em 1980 a população passou a ser de 81.282 pessoas, dentre as quais 42.994 viviam na cidade e 38.288 no campo. Em 1991, a população era de 94.879 habitantes, 72.402 urbanos e apenas 22.477 rurais. In: INSTITUTO PARANAENSE PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, op. cit.

⁴² Ao longo do trabalho com a história oral encontramos muitas menções a trabalhadores que saíram do campo e migraram para a cidade de Toledo, nas décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de encontrarem emprego no frigorífico da Sadia ou na cerealista da COOPAGRO (Cooperativa Agrícola Oeste Ltda.).

⁴³ “QUEM É...”, op. cit.

⁴⁴ A esse respeito, ver: FERREIRA, Edílio. “Um tempo novo para Toledo”. *Recado*. Toledo, n. 7, ano XII, p. 46, 7 jul. 1984. Papo final; SCHREINER, op. cit; SILVA, Oscar. “Um mutirão em marcha”. *Recado*. Toledo, n. 7, ano XII, p. 25, 7 jul. 1984. Economia.

Não existia nada [riso]. Aqui, [riso] aqui[,] associação [de moradores] só das jaguatiricas [riso], uma brigando com a outra, é... não tinha nada... [...] não existia nada mesmo. Nem. Mas, nem pensava. [...] Não, eles [os moradores] não cobravam [, não faziam reivindicações à prefeitura], eles não cobravam porque o, naquele tempo o, o prefeito era o Duílio Genari, sabe? E o Duílio Genari ele foi um... um prefeito que ele, [...] foi homem de honrar a palavra, que saiu a... a luz aqui que... muita gente nem esperava com a, com a rapidez que foi. Sabe? Que ele prometeu, um dia encima dum, política, né? Foi o político que honrou a, a calça[,] fazer igual o outro, falou que nesse, Pouso Frio[,] naquele tempo falava que era Pouso Frio, ele ia por água e luz, e pôs, e ninguém cobrou dele, porque ele foi, se ele falava que, pau é pau, pedra é pedra, e foi rápido, foi uma coisa que, até hoje, se você conversar com algum morador que às vezes, às vezes em quando você acha um de, vinte anos[,] quinze anos por aí, né? Você... pode perguntar do, do, Duílio Genari para você ver, ninguém fala mal[,] falam “aquele lá”, eles falam, ainda eles falam assim: “se nós tivesse um prefeito igual hoje, nós estava tranquilo”, então ele foi, sabe? Foi ninguém, fazer cobrança para ele[,] que ele, se, tivesse uma estrada aí para colocar um cascalho aí, só ligava, ele não mandava vim, esses que cuidam da, das estradas, ele mesmo ia pessoalmente com o carro dele para ver[,] ele tinha um... ele tinha um Opalão preto, daquele Comodoro, ele ia[,] só falava assim: “amanhã, amanhã, vai vim o cascalho e as máquinas aí”, mas podia contar que vinha, você nem esperava... estava chegando o maquinário e o... e o cascalho já. Ele foi um prefeito, aqui esse ali ia fazer igual tem que tirar o chapéu viu? Foi o, é o melhor, o melhor prefeito que teve em Toledo, sabe? Não teve outro, outro prefeito igual o... o Duílio Genari, não, sabe?

Ao perguntarmos sobre a existência de associação de moradores, João brinca e mobiliza memórias do período anterior ao loteamento, já rememoradas por ele em outra parte da entrevista, quando afirmou que as jaguatiricas vinham atacar os animais de criação do sítio (bovinos, suínos, aves, dentre outros). Logo em seguida explica que não houve mobilizações e nem grandes cobranças dos moradores junto ao poder público, por regularização dos lotes e obras de infraestrutura no bairro. Segundo afirma, mobilizações não teriam sido necessárias, haja vista a prefeitura municipal tê-los atendido prontamente.

João divide o tempo do local em dois momentos. No primeiro existiam os sítios, um ambiente rural em meio à mata. No segundo teríamos a Vila Boa Esperança, um bairro urbanizado formado do loteamento do sítio de seus pais e dos vizinhos. Nessa construção narrativa, a titulação dos terrenos e as obras de urbanização teriam ocorrido tão rapidamente que não mereceriam figurar como um tempo específico. Portanto, não teria sido grande o período em que os moradores viveram sem usufruir de infraestrutura urbana. Por outro lado, ele explica que esses equipamentos não eram uma necessidade premente entre os habitantes do local, por conta de suas maneiras de viver tipicamente rurais. Dessa forma, focaliza aqueles sujeitos que haviam sido sitiados e ignora os que ali se fixaram após a compra dos terrenos. Nas memórias do narrador, é importante ressaltar, os trabalhadores pobres que adquiriram os lotes são lembrados em poucos momentos, como naquele em que João menciona as ações caritativas de seu pai.

A figura de Duílio Genari é de vital importância para a composição desse enredo. Tratado como político diligente, ele teria resolvido com prontidão e eficiência as questões legais e estruturais do bairro. Na narrativa de João, o prefeito teria inclusive resolvido esses problemas antes mesmo deles surgirem, quando os modos de vida rurais da população local ainda não requisitavam melhorias urbanas.

Memórias diversas nos são apresentadas pela matéria da *Tribuna D'Oeste*. A equipe de reportagem conversou com alguns moradores. Eles apresentavam várias demandas, entre elas a instalação de rede de energia elétrica e melhorias no policiamento do local. Também se queixavam da inércia das autoridades municipais, argumentavam que, nas eleições ocorridas no ano anterior, tanto candidatos da ARENA como do MDB⁴⁵ fizeram promessas que ainda não haviam sido cumpridas. Antônio,⁴⁶ pai de João e um dos moradores com quem a reportagem dialogou, era apresentado como liderança comunitária. Após afirmar que “político só mente”,⁴⁷ ponderava que “o [prefeito] Duílio [Genari] tem coisas mais importantes, mais urgentes pra resolver, por isso ainda não resolveu os nossos problemas”.⁴⁸ Antônio ainda declarava que

⁴⁵ A ARENA (Aliança Renovadora Nacional) era o partido oficial da ditadura, ao passo que o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – posteriormente rebatizado como PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) – reunia a oposição. Nos anos 1970, eram os únicos partidos legais do Brasil.

⁴⁶ Nome fictício empregado para preservar a privacidade da família dos entrevistados.

⁴⁷ “QUEM É...”, op. cit. p. 11.

⁴⁸ Idem.

“aqui não falta luz não. Aqui falta tudo! Falta luz, água, asfalto, falta tudo”.⁴⁹ Essas afirmações revelam uma pauta local de melhorias que eram esperadas do poder público.

Conforme constatamos, os moradores não chegaram a constituir movimentos sociais na busca pela satisfação de suas demandas. O período sequer permitiria isso, pois ainda não se estava em um contexto efetivo de abertura do regime civil-militar. O AI-5 seguia vigente, sem sinais de grandes mobilizações operárias e de movimentos paredistas. Todavia, os moradores utilizaram os canais existentes para fazer reivindicações. Apresentaram suas demandas a candidatos nas eleições municipais, efetuaram visitas à prefeitura para solicitar a instalação da rede de energia elétrica e de iluminação pública e expressaram suas expectativas e queixas à imprensa.⁵⁰

Quanto à matéria, ela esclarecia que uma comissão havia sido constituída, na Câmara Municipal, para tratar dos problemas do bairro. Presidida pelo vereador arenista Luiz Fritzen, trabalhava há seis meses na reunião dos documentos necessários para dar início ao processo de regularização da área, sem a qual, argumentava o jornal, qualquer investimento público no local se constituiria em crime. Assim, procurava explicar que algo estava sendo feito pelo poder público, bem como justificava sua falta de celeridade.⁵¹

Não pretendemos com esse contraponto entre narrativa oral e matéria de jornal insinuar que João tenha proferido inverdades. Não estamos aqui diante de um embate entre “verdade” e “mentira”, mas de memórias que são construídas com base em lugares sociais e em tempos diversos. O narrador com quem dialogamos na pesquisa cresceu no sítio, em meio à mata, ambiente com o qual se identificava e do qual gosta de lembrar. Ele certamente não sentia grandes necessidades de possuir energia elétrica em casa ou água encanada, já que nunca havia possuído essas comodidades em sua residência. A visão dele certamente é muito diferente de outros moradores que já habitavam áreas urbanizadas da cidade e que, na impossibilidade de pagar aluguel, tiveram que se dirigir ao bairro, deixando de ter acesso a uma série de benfeitorias.

Por outro lado, João observa o processo de loteamento a partir do presente, quando a infraestrutura básica do local já estava construída. Com base nessa experiência, suas memórias são “recompostas”⁵² de maneira a entender

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

⁵² THOMSON, “Quando a memória é um campo de batalha”, op. cit.; THOMSON, “Recompondo a memória”, op. cit.

que a solução dos problemas estruturais do lugar ocorreu rapidamente. Essa percepção do tempo difere daquela dos moradores contactados em 1977 pela equipe da *Tribuna D'Oeste*.⁵³ Para eles, o futuro era incerto e as necessidades imediatas, razão pela qual demandavam maior rapidez do poder público. Essa percepção do tempo certamente é diferenciada entre os moradores das áreas que foram urbanizadas ainda na década de 1970 e aquelas que só o foram no decênio de 1980, um intervalo de quase dez anos entre o início e a conclusão das obras.

Com relação à narrativa de João, é preciso ter clareza que sua memória foi forjada em meio a experiência social por ele vivida. Como trabalhador rural, filho de sitiantes que se fez pedreiro, que ama suas recordações do campo, de “[...] um tempo que a... a natureza mesmo era você, você cheirava assim no[,] no, no ar assim vinha aquele cheiro da mata mesmo né”. Como toda entrevista oral, a dele é constituída por lembranças, mas também por silêncios. Ter consciência desses silêncios é importante para que possamos buscar outras memórias dos processos narrados e construir uma história plural. No entanto, não podemos cobrar do entrevistado onisciência acerca dos processos históricos experimentados no bairro ou mesmo versões do passado diferentes daquelas que ele se propôs elaborar. A riqueza da narrativa de João reside justamente na contribuição prestada por ele ao explicar que a formação da Vila Boa Esperança não se deu espontaneamente, além da lembrança à vida rural existente naquela região do município antes de sua integração ao tecido urbano.

De sofrimentos e vitórias: a Vila Boa Esperança entre o rural e o urbano.

A fim de avançarmos na pluralidade de memórias da Vila Boa Esperança, lançamos mão de outra entrevista oral, a de Maria. Como já afirmamos, ela é esposa de João e sua narrativa – produzida antes que a dele e sem seu acompanhamento – testemunha a afirmação de Raphael Samuel de que “[...] é possível morar no mesmo lugar enquanto se habita mundos diferentes, seja como marido e mulher, pai e filho, empresário e empregado”.⁵⁴ Trata-se de um conjunto de recordações construído em uma experiência social muito diversa daquela do esposo, que resulta na eleição de outros temas centrais

⁵³ “QUEM É...”, op. cit.

⁵⁴ SAMUEL, Raphael. “História local e história oral”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 9, n.º 19, pp. 219-243, set. 89/fev. 90. p. 228.

para narrar o bairro e a si mesma. Assim, ela enfatiza as dificuldades vividas por sua família e pelos demais moradores do lugar, além de detalhar a urbanização local.

Segundo relatou, nasceu em Laranjeiras do Sul, de onde saiu com seus pais aos sete anos de idade, com destino a Toledo. Eram uma família cabocla, saída do “sertão”. Fizeram parte do caminho de “cargueiro”, carroça puxada por tração animal, e o restante por ônibus. Se instalaram na Vila Brasil, destino de muitos trabalhadores pobres que afluíam à cidade na década de 1960. Desse local se dirigiram para o distrito de Ouro Verde, onde trabalharam com café. De lá se deslocaram para os arredores da cidade de Toledo, para o ambiente rural onde hoje é a Vila Boa Esperança. Mais tarde a família se mudou para uma chácara próxima ao local onde atualmente fica a cervejaria Colônia.

A narrativa de Maria sobre o tempo em que vivia com seus pais apresenta uma trajetória marcada por pobreza, privações e sofrimento, quando a família dependia da ajuda de outras pessoas para sobreviver. Eram trabalhadores rurais não-proprietários e viviam as agruras de quem não possuía seu próprio pedaço de chão para cultivar. Essa situação seria superada por ela apenas gradualmente, na vida adulta.

Prosseguindo em seu relato, Maria informa que a mudança em definitivo para a região onde surgiria a Vila Boa Esperança se deu pouco depois de seu casamento, na década de 1970. Primeiramente ela e o esposo viveram na rua dos Pioneiros, na vizinha Vila Pioneiro, mas o dono da casa precisou do imóvel e eles tiveram que se transferir para o sítio dos pais dele. A vida no novo local não é compreendida pela narradora como uma superação imediata do sofrimento verificado ao longo de toda a sua trajetória até então, embora ressalte os aspectos positivos em viver naquele ambiente rural:

[...] quando eu cheguei aí nessa, nesse bairro, eu, eu sofri bastante, sofri muito, mas aqui dava para criar porco, galinha, fazer horta, eu, trabalhei, como [inaudível] de roça mesmo, eu tinha de tudo, todos que passavam, que chegavam, foram se admirando, então a casa melhor que tinha aqui no bairro, foi a minha porque daí foi, daí o meu marido trabalhou na [empresa do] Valdir Becker e mandou os empregados vim ajudar a fazer, né, mutirão assim, então daí a gente mudava, móveis não tinha[,] não [pausa] até hoje eu tenho a mesinha ainda que, que nós tinha, e... tomava banho de bacia, e... dentro de um, isso na época chamava nem sei mais como é que fala[,] casinha, sei lá como é que diz, então a, era, vivido de boia-fria [trabalho volante], e ele

tocava, o boia-fria bastante [...]. Aí a gente não tinha madeira, o barracão só deu para, para, rodear, e eu lavei todas aquelas telhadas puxando água [do poço] no balde, e... sozinha, com uma escova de aço, a gente não tinha condições de pagar, e nem nada. E... então, é... [pausa] aí, pelo destino, eu fiquei ali dois, tá, daí a gente construiu ali né, daí a gente ainda não tinha, nada para colocar no assoalho [...] o único móvel que eu tinha era um guarda-roupa que o meu marido comprou de quatro porta[,] foi o primeiro móvel da vida, e... certo dia a gente comprou uma televisão, ele tinha um sonho né, era à bateria, que sofrimento, daí meu sogro com carrinho, de cavalo levava para carregar a bateria e trazia e quando não tinha não tinha, e aquela vida, mas era um, nossa! A coisa mais importante que nós[,] a gente, que eu tive na vida, né? E daí, quando a gente pôde, daí meu marido entrou na Valdir Becker, e... lá trabalhando, lá ele pegou e comprou as madeiras do assoalho[,] ele comprou, e daí ele, eles vieram[,] mandou todos os empregados vim[,] eles foram, fazendo, né? Fazendo o assoalho. E a gente não tinha móveis para tirar mesmo, tinha umas coisinhas pequetinha assim né, banco, coisaradinha. E... e não era que nem é hoje, hoje[,] nossa! Hoje aqui é uma cidade! Até adoro esse lugar que foi aqui que eu consegui a minha vida, eu... quando eu cheguei há, eu cheguei aqui, eu tinha vinte e um anos, hoje eu estou com cinquenta e três, cinquenta e cinco, então... não sei nem fazer a conta de quantos anos que eu moro aqui, só nessa vila aqui...

Maria relata que a mudança para o sítio não reverteu a situação de pobreza em que se encontrava, mas lhe ofereceu a possibilidade de cultivar uma horta e de criar animais para consumo próprio. Assim, o espectro da fome, que a acompanhou por toda a infância e juventude, diminuiu. Na narrativa, percebemos a Vila Boa Esperança emergir dos sítios daquela área da cidade. Nesse processo, outro elemento positivo é apresentado pela narradora, sua casa própria, cuja simplicidade não a teria impedido de figurar como a “melhor do bairro”. Em vários momentos da entrevista ela recorda essa casa e o esforço empreendido para edificá-la. Na passagem citada, Maria relata a solidariedade dos colegas de trabalho do marido, que ajudaram na construção. Destaca ainda a conquista do assoalho de madeira, elemento importante para que a moradia não fosse de “chão batido”, um sinal de precariedade. Explica também que poucos móveis foram comprados, tendo a maioria sido confeccionada pelo próprio casal, que ainda fazia economias para realizar certos sonhos, como a compra da televisão à bateria.

Todavia, diferentemente da entrevista de João, a de Maria elege como um dos focos narrativos os problemas existentes no nascente bairro. Ela rememora em detalhes a pobreza e as dificuldades que existiam no local, deixando claro que nem as famílias dos antigos sitiantes estavam imunes a privações. Nessa perspectiva, um dos temas que ganham ênfase no relato é a falta de água:

[...] nós mandamos cavar um poço, com dezoito metros, ele deu água, depois, secou, aí foi perfurado de novo, e, e os poceiros [cavadores de poços] lá quebrando, ele foi para vinte e um metros, deu água de novo, aí a gente servia também, para todos, os moradores de por aqui[,] porque a sede era muita, aí, chegou uma certa época que... não me lembro o ano, teve uma seca muito terrível, não chovia[,] não chovia de maneira nenhuma, os poços secaram todos! Aí, nós íamos morrer de sede, todos, aí o prefeito não lembro quem era, é... mandava um caminhão pipa de água, aí eles paravam assim nas casas né, esperava a gente encher o tanque[,] a panela[,] o balde[,] a chaleira, o que podia, então, da água da roupa a gente repartia ali, vasilha bastante[,] então, como... meu marido trabalhava na fazenda, então... trazia aqueles galões de plástico azul, então, lá eles, doavam para a gente, então a gente enchia o, eles esperavam a gente encher. E a gente, todo mundo aquilo lá era terrível, é tá que nem hoje eu vejo, o problema ali no, lá no Haiti, me lembra essa cena, porque era tremendo sabe, o povo vinha todo correndo com aquele, o chão abria assim, era[,] era[,] era horrível[,] horrível[,] horrível[,] horrível! Não tinha para onde a gente correr, e daí a miséria, a fome, ia fazer o quê? Quem que, que tinha, boia-fria para carpir na época[,] que hoje nem tem mais, mais, [hoje se aplica] veneno e tanta coisa, daí então, terminou esse serviço, e daí, como ia sobreviver? [...] a poeira era tremenda, era terrível[,] terrível[,] terrível, e daí... o povo se debatendo de fome [...] daí quando apurou muito mesmo, é... eu ia lavar a roupa[,] eu não aguentava, porque a fraqueza da fome era, era demais e a se[de], e daí a sede, a gente ali cuidando da água do tanque, mas como que ia beber, aquela água, não tinha como mais, aí eu me lembro que, umas três vezes eu caí, né, de da fraqueza, de fome, fome e sede, e... aí... uma vizinha mandava, polenta para a gente, e... um tal de espinafre, que Deus me perdoe até hoje eu não posso ver ele, mas era a, a única solução de sobrevivência, e... e a água a gente ia tomando, cuidando, não tinha como porque o calor era tremendo, e não, e não tinha luz e não tinha água e não tinha nada! Aí os poços todinhos secaram, só não secou fo[i]... um poço que o meu falecido sogro tinha lá embaixo,

então daí a gente, descia lá, catar água, só tinha que fazer fila, para cada um, vinte e cinco [metros de profundidade] tinha o o... [poço], era um latão e nós enchia, então, ia enchendo, ele[, o sogro] não [se incomodava], deixava todo mundo pegar água ali, faziam filas, era, era[,] era triste, aí, o prefeito mandava de volta os caminhões pipa de novo para a gente, aí foi o ano que a gente foi, lutando tanto para sobrevi[ver], para, sobreviver, aí os que não aguentaram mesmo mais, foram vendendo, as, as propriedades assim [...] foram indo, para o mato, lá voltando de volta quem podia ir, né, mas a gente já estava, eu mesmo não tinha mais como, voltar, de volta para o sertão, onde eu vivia. E... e acabei, passou e os anos foram passando, foi passando, aí... e depois passou-se muitos meses, continuamos, nessa situação, aí... e começou a virem as chuvas né, graças a Deus, e daí a gente começou de novo a ir para a boia-fria trabalhar e... e tudo, e... e se esforçava muito mesmo, então, é... aí foi onde que a gente, pelo menos para, comer e sobreviver, a gente, tinha, porque tinha, se tem, tem chuva[, tem] água, que a gente tudo que planta, sempre nasce, aí foi onde que, né, que começou de novo, a gente ficou melhor de vi[da], é, melhor assim, é... é financeiramente, para comer [...].

No período em que a entrevista foi realizada, estava sendo televisionada a catástrofe ocorrida no Haiti, decorrente de um intenso terremoto. Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo povo haitiano, naquela ocasião, foi a falta de água potável. É dessa cobertura televisiva que Maria toma o enredo para contar as dificuldades vividas na Vila Boa Esperança. Dessa maneira, ela relata a falta de água no local, onde os poços tinham que ser cavados com grandes profundidades, o que gerava dificuldades até mesmo para a retirada da água com baldes. Ela narra ainda um período de seca prolongada, tomado como uma experiência trágica, pois o trabalho volante no campo foi suspenso em virtude da eminente frustração de safra. A narradora confere então contornos dramáticos a esse momento e delinea cenas como “o povo se debatendo de fome” e o “chão abria”. Trata-se de uma clara associação entre o solo de Toledo ressecado pela estiagem e o de Porto Príncipe fissurado pelo abalo sísmico, ambos eventos acompanhados de grave crise social. Ela própria afirmou em certo momento da entrevista que quase chorou vendo a cobertura da tragédia na televisão, pois se identificou com o sofrimento da população haitiana, vendo semelhanças com o que já havia passado em sua vida.

Nesse enredo, Maria relata um agravamento na falta de água, ocasionada pelo secamento temporário dos poços. Essa situação a levou a passar sede que, associada à fome, resultou em desmaios e na necessidade dela se alimentar com espinafre e polenta, pratos pouco nobres da culinária regional. As ações do sogro – que compartilhou a água do próprio poço – e do prefeito – que providenciou o abastecimento com caminhões pipa –, surgem como gestos benevolentes, que salvaram a população. Por fim, a chuva aparece como a finalização daquele sofrimento, trazendo novamente vida aos campos e plantações, e conseqüentemente trabalho e alimentos para os moradores.

As memórias de Maria, no entanto, não são marcadas apenas pelas dificuldades enfrentadas ao longo da vida, mas também pela superação de tais situações. Dessa maneira, ela relata que melhorias começaram a ocorrer depois da mudança de emprego de seu falecido marido.⁵⁵ Ele era funcionário de uma fazenda e, em função da mecanização agrícola, perdeu o posto de trabalho, tendo que se empregar na fábrica da Sadia.⁵⁶ Esse momento é tratado nas recordações da narradora como um marco, pois a partir de então sua família já podia se alimentar melhor. Na sequência, emerge outro fator de melhora em sua vida, as obras públicas realizadas pela prefeitura municipal de Toledo:

...mas um certo dia, é, teve uma eleição onde foi que entrou o Duílio Genari [como prefeito municipal], que para mim[,] olha, ele esteja onde estiver seja o que for, sempre eu votei naquele homem e eu, tenho uma gratidão, o povo deste bairro, não esquece, porque foi o único prefeito que teve, a dignidade de pegar um Opala, eu me lembro, o carro, um Opala preto que ele tinha, ele vinha de casa em casa, entrevistava, fazia o jornal, né, fotografava, era muito bacana, e ele falou: “pois e... eu vou lutar, e vou...”, ele vinha de[,] de casa em casa, ele falava: “pois eu vou lutar, e pode ter certeza que de hoje em diante, de daqui uns, uns meses em diante, vocês não vão mais precisar, estar cavoucando [poços]”, porque cavoucava poço não dava água, cavoucava outro não dava também, aí foi o único prefeito, que falou: “essa história vai ter que mudar, aqui não vai ser mais Pouso Frio”, ainda tem um jornal muito antigo dele guardado na casa dum, da minha sogra, até meu [sogro], ele ainda, sendo entrevistado, sentado de tarde, na, no jornal, ela ainda tem. E, ele [o prefeito] foi, acho que no, é o congresso [câmara municipal]

⁵⁵ Maria se casou duas vezes, sendo o segundo esposo irmão do primeiro.

⁵⁶ Isso não significou, no entanto, uma ruptura completa com o trabalho agropecuário. Posteriormente ele conseguiu outro emprego rural, algo possível, uma vez que a “modernização” não fechou todos os postos laborais do campo de uma só vez.

ou não sei o que é né, e lá ele lutou para... mudar o nome desse bairro, que até então hoje é, [Vila] Boa Esperança, e... e lutou por primeiro, mandou[,] já vim os caminhões colocando cascalho e ele ganhou para ser prefeito[,] ele já mandou jogar cascalho e... pedra e... terra em todo buraco, a erosão já tinha, era terrível aqui, aí, e mato, era tudo carreador [trilhas], aí, ele fez, já colocou ônibus aqui também, aqui na época não tinha um só comércio para comprar nada aqui, e só tinha [no centro da cidade] a Casa Trento [...] então daí a gente ia comprar lá, né, [...] daí a gente dava uma bolsa nas costas e vinha, então, aí, o Duílio Genari colo, colocou uns ônibus aí, eram pequenininhos, pequenos mas era muito bom [...] e aqui era tudo uma chácara assim até do meu sogro [...] e daí ele [o prefeito] falou só que tinha que desmanchar porque... era uma chácara e tinha gado aqui do meu, meu sogro[,] assim, de leite só né, porque [inaudível] tinha muito neto também, né, ele doava leite para as crianças. E... aí eles[,] acho que aceitou, daí ele falou então como, o lote, pegava no caso lá nesse bar da frente, ele falou que ele indenizava, em dinheiro, para minha sogra e não para nós, então desses lotes que meu sogro deu, né, aqui também foi, né, [inaudível] e os outros minha sogra foi loteando sabe? Ela foi vendendo a troco quase de nada porque, é... não tinha valor também né, muito. Aí, aí seu Duílio Genari, conseguiu, daí tirou umas casas [...] [porque] cada um fez [a casa] do jeito que dava, aí eles mediram certinho os terrenos, e aqueles que não podiam, que, que estavam assim na que, no, digamos [no espaço onde seria a rua] [...] [para] fazer asfalto, passar os postes, para a luz e coisa assim, né, água, aí foi conversando com o pessoal [e] o pessoal muito sofrido foi aceitando, daí ele, ele falava assim, daí pegou um loteamento, para cá assim, e lá ele foi construindo as casas para quem estava digamos dentro do, onde ia passar a rua, né, para endireitar essa vida porque isso não é vida! Ele conversava com carinho com as pessoas e as pessoas entendiam, e eles aceitavam assim mesmo, rapidamente ele já mandava, gente, e já mudava, a casa e... tipo as casas de madeira, que [inaudível] ele, colocava outras no lugar, e foi assentando, e, foi modelando por aí, assim que deu de passar daí a luz ele passou, e já veio pedra [cascalho] já foi arrumando tudo, já [ônibus] circular[,] já, já podia[,] já ônibus, já podia passar para trazer, para a gente poder trazer o alimento já da cidade, e... e... e já veio os postes, isso, nossa! Não pode nem imaginar, a felicidade[,] a alegria, que a gente passou [...].

Maria narra a campanha eleitoral de Duílio Genari como um momento em que o político teria visitado os moradores e feito promessas, todas cumpridas após assumir o cargo, segundo afirma. Transcrever e imprimir trechos das entrevistas com os eleitores e firmar compromissos no “jornal” – provavelmente algum impresso de campanha – é lido por ela como uma garantia de que o prometido aos habitantes do bairro seria cumprido pelo candidato. Como em uma espécie de contrato, passou-se do oral para o escrito, com a vantagem do material impresso ser público e passível de ser guardado para futuras cobranças.

Na sequência, a narrativa caracteriza o prefeito como um homem diligente, que rapidamente realizou as obras prometidas. O foco da fala reside nas mudanças das casas de madeira e no traçado de certos terrenos, que precisaram dar lugar a novas ruas. Esse processo de urbanização é tratado como isento de conflitos, como se todos os atingidos tivessem ficado satisfeitos.

Desse momento em diante, nas memórias e narrativas de Maria, o local se torna urbano, e como marca disso, seus sogros não poderiam mais ter o sítio. Nesse instante aparece o loteamento da propriedade (ou daquilo que havia sobrado dela), com as recordações da narradora conferindo protagonismo à sogra, nesse processo. Em tal perspectiva, os sogros teriam prosseguido com sua generosidade, se antes doavam leite para as crianças pobres, agora comercializavam terrenos a preços baixos.

Para além da titulação dos lotes e da urbanização do bairro, outras demandas são elencadas por Maria, como o transporte público. Ela relata essa conquista com base em seu lugar social, como dona-de-casa, que, antes da implantação das linhas de ônibus, precisava fazer as compras do mês no centro da cidade e carregá-las nas costas até sua casa, para onde se dirigia a pé. Outro elemento importante que aparece na narrativa dela foi a mudança do nome do bairro, de “Pouso Frio” para “Vila Boa Esperança”, medida que contribuiu para a construção de uma imagem mais positiva para o local. Também ganha relevo na entrevista a conquista das redes de energia elétrica e de água. Sobre essa última, a narradora assinala que:

[...] daqui a pouco já veio os, veio já... Sanepar [Companhia de Saneamento do Paraná. O prefeito] já mandou vim colocando água, e, e... aquilo, a gente estava assim “não, nossa!” era uma coisa tão impressionante, que, para a gente era coisa de outro mundo! Porque a gente nunca tinha visto [...] sei que aqui, ninguém era dono de nada, não tinha escritura e nem nada, aí foi onde que ele [o prefeito] loteou, e tal então foi escriturando né,

foi mudado [o nome do bairro] para Vila Boa Esperança, e... o Pouso Frio ficou de apelido por aí, e... daí ele foi colocando luz, já veio a Sanepar já, colocando água e tal e, só que ninguém de nós [...] tinha as condições de dinheiro, para fazer digamos, encanamento na pia, e nem pia eu não tinha, ninguém tinha também, então nem tinha que usar encanamento, então só colocava até, até lá no relógio [registro geral] sabe? Quando vai fazer uma construção, que eles, leva a água lá primeiro, então ele, até ali, ai graças a Deus, porque a gente ia lá, ia lá com o balde torcia a torneira [e] a água vinha beleza [para] a gente, né, era aquilo lá foi a maior alegria da vida, aí ele [o prefeito] passava [e] falava: “amanhã tal hora vocês podem ligar, as torneiras que, que a água [vai es]tá[r] funcionando”, e ele de tarde falou: “e de tarde eu passo”, ele passava, parava com o Opala, dele[,] sabe? Cumprimentava todo mundo, nossa! Ele vinha[,] torcia uma torneira e outra e aquilo lá para a gente era uma alegria imensa[,] imensa[,] não pode ter, a imaginação, da vida, nossa! [Era] como [se] Deus tivesse, jogando [a água,] do céu [...].

Nessa passagem, a rede de água surge como uma grande conquista da população do bairro, mesmo que dentro de certos limites. Um deles era a impossibilidade de os moradores fazerem o encanamento ligando suas redes domésticas à da Sanepar. O acesso à água, portanto, se restringia ao registro geral. Mesmo assim, tal obra representou uma enorme melhoria para a vida dos habitantes locais, que não mais dependiam dos profundos poços que secavam durante as estiagens prolongadas.

Na sequência, Maria relata que algo semelhante aconteceu com a inauguração da rede de energia elétrica e da iluminação pública. Esse momento conforma o clímax da narrativa sobre as ações do poder público no bairro. Segundo nos conta, o evento teria sido cercado de mistério, pois, desde o dia anterior, carros de som à serviço da prefeitura municipal divulgavam que uma “surpresa” aguardava os moradores e seria revelada no dia seguinte. Ela explica que os habitantes começaram então a temer pelo anúncio da construção de um novo cemitério municipal no local. Entretanto, a surpresa era de fato a inauguração da rede de energia elétrica, acompanhada da iluminação pública:

[...] E... e daí como ele [o prefeito] viu que o povo não tinha condições de puxar a luz, para dentro da casa [pausa] daí, daí então, no outro dia, a gente ficou esperando, mas no outro dia de manhã, ele chegou, passou de novo assim[,] parou e, e, pas[sou], muita gente da Copel [Companhia Paranaense de Energia], e mandando

fazer instalação, nas casas, gratuitamente, ele mesmo [providenciou] fio e coisurada e eles, e eles fazendo, eles [, os moradores] nem sabiam colocar uma tomada[,] nem ninguém sabia, aí então ele foi, colocando tudo, aí eu disse: “ai meu Deus[,] é a luz, graças a Deus”, aí ele, tudo deixou prontinho[,] lâmpada e tudo e ensinou como é que a gente fazia[,] o que não mandava nós, os, os caras da Copel dar uma instrução para a gente, aí... exatamente, quando foi seis horas da tarde, é... quando acendeu, esse bairro aqui, você nem pode calcular, como o povo reagiu, o povo[,] eles corriam e abraçavam os postes, choravam, olhavam para o céu e agradeciam a Deus, corriam atrás do carro dele [do prefeito], abraçavam[,] outros beijavam os pés [do prefeito], outros diziam assim, para ele que nunca na vida ele ia perder uma eleição no mundo, porque... o que ele fez ninguém faz, tantos prefeitos, sofrimento de muitos anos, e... nossa! Aquilo lá foi assim muito bacana, [...] porque não tinha condições de ter uma mercearia porque... como que ia ter alguma coisa se não tinha, não tinha luz, para gelar nada, carne a gente tinha um [pausa] nem me lembro[,] acho que nem não existia, porque não tinha nem como, ter carne também. Aí depois que, ele colocou tudo ele mesmo [pausa] mandou colocar luz em, fios em todas as casas e tudo né, aí [a iluminação pública acendeu] quando foi lá pelas seis horas da tarde ou sete[,] coisa assim, quando a gente não, estava esperando a já... a gente fica, entretido em jantar[,] mas você está acostumado na escuridão com vela[,] com lamparina [...].

Maria frisa que as instalações residenciais foram subsidiadas pela prefeitura, pois os custos eram restritivos aos moradores. Segundo constatamos em outros bairros, a energia elétrica era uma forte demanda, mas utilizada com parcimônia, somente para atividades elementares, em função de seus custos. A iluminação pública, porém, como vimos na matéria da *Tribuna D'Oeste*,⁵⁷ era uma das grandes demandas dos moradores (por razões até mesmo de segurança pública). Como se pode constatar na leitura da citação anterior, Maria narra essa inauguração como um momento de êxtase coletivo.

Genari emerge nas memórias dela com centralidade no que tange à urbanização, tratada de forma personalista como decorrente das ações do prefeito e não das instituições que ele representava. As lembranças sobre o político são permeadas de sentidos religiosos, como alguém que tinha os pés beijados pelo povo, assemelhando-se a uma divindade.

⁵⁷ “QUEM É...”, op. cit.

Como afirmamos anteriormente, a urbanização da Vila Boa Esperança se iniciou ainda no contexto ditatorial. É inevitável que as memórias dela sejam carregadas de elementos da cultura política⁵⁸ brasileira daquele período, principalmente das formas de fazer política nas cidades do interior. A compreensão de que o processo político envolve troca de votos por benefícios imediatos – pessoais ou coletivos (como obras públicas) – é uma marca da cultura política herdada pelo Brasil da ditadura civil-militar, assim como o personalismo político que, além de eclipsar o trabalho coletivo desenvolvido pelas administrações públicas, em algumas situações é exacerbado a tal ponto de ações institucionais serem tratadas como “dádivas” emanadas da “generosidade” da pessoa que ocupa um determinado cargo.⁵⁹

Essa cultura política continuava sendo alimentada no presente em que a entrevista foi gravada. Genari, ao deixar o cargo de prefeito, tornou-se deputado estadual, sendo sucessivamente reeleito. Segundo nos informou Maria, ele mantinha relações próximas com moradores do bairro, os atendendo em suas demandas pessoais.

Entretanto, embora seja inegável a presença de marcas dessa cultura política nas narrativas de Maria e de João, não podemos resumi-las a isso. Como afirmou Edward Palmer Thompson,⁶⁰ é preciso que pensemos os processos de subordinação em uma via de mão dupla. A relação positiva com o ex-prefeito e deputado estadual não significou a ausência de cobranças feitas pelos moradores, tal como vimos na matéria veiculada pela *Tribuna D'Oeste* logo no começo do mandato de Genari como prefeito. Nela ficava claro que

⁵⁸ Rodrigo Patto Sá Motta, ao refletir sobre a ditadura civil-militar brasileira, chama a atenção para o peso da cultura política na história do Brasil. Primeiramente define o conceito como a forma com que as pessoas lidam com a política tendo por base seus referenciais culturais. Em seguida, frisa que nosso processo político é marcado pelo personalismo de lideranças políticas carismáticas e o fortalecimento de relações pessoais em detrimento da institucionalidade. Também destaca que, em diversos momentos históricos, os grupos populares optaram pela negociação e pela acomodação à ordem, ao invés de partirem para o enfrentamento direto. Segundo esclarece, isso não significa inércia política, mas o uso de estratégias menos conflituosas na busca pela satisfação de demandas. De acordo com o autor, esses dois traços marcantes da cultura política brasileira – personalismo e acomodação –, pontilharam o último regime ditatorial brasileiro e deixaram marcas nos processos históricos subsequentes. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico”. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, UDESC, v. 10, n. 23, pp. 109-137, 2018.

⁵⁹ Em Toledo percebemos que essa cultura política, embora não tenha desaparecido, sofreu abalos com a emergência dos movimentos sociais urbanos dos anos 1980. A despeito das gestões municipais do PMDB também terem investido em personalismo político, moradores dos bairros envolvidos com aquelas mobilizações costumam ser mais incisivos ao tratar as benfeitorias conquistadas como direitos, que os habitantes de locais urbanizados ainda durante o regime autoritário. Sobre os movimentos sociais urbanos de Toledo, ver: LANGARO, “Lembranças de um tempo que se foi?”, op. cit.

⁶⁰ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

os munícipes reivindicavam direitos, ao invés de esperarem pacientemente por “dádivas”.⁶¹

Mesmo as idealizações do prefeito feitas por Maria e João contém sentidos políticos. Ao tratá-lo como político exemplar, eles cobram de outros agentes públicos postura semelhante, como se constata nas palavras dela “se todo prefeito fizesse isso” e dele “se nós tivéssemos um prefeito igual hoje”. Por outro lado, a narradora, em específico, entende que as obras iniciadas na gestão de Genari foram decisivas para as mudanças positivas vividas por sua família. Elas teriam melhorado o acesso à educação, tendo a filha de Maria conseguido cursar o ensino superior e ascender socialmente. Para além da satisfação de necessidades mais imediatas, sob a ótica dos entrevistados, as ações do poder público reconheceram os moradores do bairro como cidadãos efetivos da cidade. Assim, a administração municipal – na pessoa do então prefeito – teria “dado valor” à população da Vila Boa Esperança. Portanto, nesse caso, personalismo e debate político sobre direitos se coadunaram, o que revela a complexidade das memórias e narrativas orais aqui problematizadas, bem como do processo político no qual elas se inserem.

Por fim, percebemos que, no caso de Maria, não houve um alheamento de sua condição de sujeito histórico face a outras pessoas, como o prefeito. Em dado momento da entrevista ela olha para seu itinerário pessoal e afirma: “foi difícil[,] mas venci”. Nesse momento ela se coloca como a grande protagonista de uma trajetória pessoal e familiar vitoriosa, suplantando políticos, familiares e todo o sofrimento enfrentado ao longo de sua vida.

Considerações finais

Ao longo deste texto procuramos explorar algumas dimensões das muitas memórias que compõem a formação da Vila Boa Esperança e, por conseguinte, de Toledo-PR. Dentro dos limites estabelecidos para a publicação de um artigo acadêmico, analisamos duas narrativas orais e uma matéria publicada pela imprensa local. Todas as três fontes se revelaram muito ricas e trouxeram elementos fundamentais para problematizar a conversão de uma área rural no bairro mais populoso da cidade, na década de 1970.

Elas também revelaram uma Toledo diferente daquela geralmente apresentada nas memórias públicas locais. Narrativas sobre desigualdade social, que evidenciam pobreza, fome, sede e toda sorte de privações, não costumam

⁶¹ “QUEM É...”, op. cit.

ser valorizadas no espaço público. Tampouco o são relatos que dão conta de áreas de “posses” ou mesmo da história da cidade vista pela ótica das periferias e das áreas de conjugação entre o rural e o urbano.

Esperamos ter dado, com este trabalho, uma contribuição para que a escrita da história de Toledo seja mais plural e reveladora da complexidade de seu processo de formação. Assim, longe de pretendemos encerrar o debate, desejamos que este texto inspire novas pesquisas, que explorem as outras tantas memórias que ainda não foram devidamente problematizadas na cidade. A história do tempo presente é muito rica e ainda há muito a ser estudado.

Referências

BEAL, Vitor. *Tempo de Heróis*. História de Toledo, oeste do Paraná: a parte esquecida que o tempo não conseguiu apagar. Toledo: GFM Gráfica e Editora, 2009.

BRASIL. *Lei n. 10257/2001*. Estatuto da Cidade. Datiloscrito, Brasília, 10 de julho de 2001.

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. *A Câmara nos 50 anos*. Toledo: Câmara Municipal de Toledo, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 35, pp. 255-272, dez. 2007.

DOSSE, François. “História do tempo presente e historiografia”. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, UDESC, v. 4, n. 1, pp. 5-22, jan./jun. 2012.

FENELON, Déa Ribeiro. “Introdução”. In: *Cidades*. São Paulo: Olho d’água, 2000. pp. 5-13.

FERREIRA, Edílio. “Presentes de aniversário”. *A voz do Oeste*. Toledo/PR, ano VII, n. 189, p. 3, 14 de dezembro de 1974. Falei e disse.

FERREIRA, Edílio. “Um tempo novo para Toledo”. *Recado*. Toledo, n. 7, ano XII, p. 46, 7 jul. 1984. Papo final.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 3, n. 5, pp. 314-332, 2002.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. ‘Memória popular: teoria, política, método’. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004. pp. 282-295.

INSTITUTO PARANAENSE PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Caderno estatístico: município de Toledo*. 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85900>>. Acesso em: 17 de março de 2011.

JOÃO, pedreiro, morador da Vila Boa Esperança, Toledo-PR. A entrevista foi realizada em 20 de janeiro de 2010, quando ele possuía 49 anos de idade. Nome fictício adotado para preservar a privacidade do entrevistado.

LANGARO, Jiani Fernando. “Lembranças de um tempo que se foi? experiências, lutas por direitos e movimentos sociais de trabalhadores residentes nos jardins Panorama e América de Toledo (PR) na década de 1980”. *História e Perspectivas*. Uberlândia, UFU, n. 51, pp. 143-184, jul./dez. 2014.

LANGARO, Jiani Fernando. *História, Memória e Cidade: Culturas, trajetórias de vida e lutas por direitos no Brasil Contemporâneo*. Goiânia: PRPI/UFG, 2016. 10 p. (PRPI/UFG. Projetos de pesquisa institucionais. Projeto PI0610-2016). Projeto em andamento.

LANGARO, Jiani Fernando. *Quando o futuro é inscrito no passado: Literatura historiográfica, periodismo e memórias públicas da fundação de Toledo (PR) 1953-2011*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores na paisagem social do extremo oeste Paranaense (1970-2000)*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2005.

MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004. pp. 14-40.

MARIA, dona-de-casa, moradora da Vila Boa Esperança, Toledo-PR. A entrevista foi realizada em 20 de janeiro de 2010, quando ela possuía 55 anos de idade. Nome fictício adotado para preservar a privacidade da entrevistada.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico”. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, UDESC, v. 10, n. 23, pp. 109-137, 2018.

NIEDERAUER, Ondy Hélio. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. 2. ed. Toledo: Tolegraf, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2004. pp. 223-238.

PORTELLI, Alessandro. “‘O momento da minha vida’: funções do tempo na história oral”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004. pp. 296-313.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. *Tempo*. Rio de Janeiro, UFF, v.1, n.º 2, pp. 59-72, 1996.

“POUSO FRIO: Um labirinto de problemas quentes”. *Tribuna D’Oeste*. Toledo, n. 94, ano II, 27 de julho a 03 de agosto de 1977. Capa.

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 207-241.

“QUALIDADE DE vida deve ser marca a ser preservada em Toledo”. *Gazeta de Toledo*. Toledo, n. 2360, ano IX, p. 4, 14 e 15 de dezembro de 2002. Editorial.

“QUEM É o dono do Pouso Frio? Ou a história de gente que só quer viver”. *Tribuna D’Oeste*. Toledo, n. 94, ano II, 27 de julho a 03 de agosto de 1977. pp. 10-11.

RESENDE, Thiago Garibaldi de; CYPRIANO, Luiz Alberto. “Valorização dos lotes urbanos na cidade de Toledo: uma análise econométrica no período de 1998-2008”. *Urbe*. Curitiba, PUC-PR, v. 2, n. 1, pp. 107-116, jan./jun., 2010.

SAMUEL, Raphael. “História local e história oral”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 9, n.º 19, pp. 219-243, set. 89/fev. 90.

SCHREINER, Davi Felix. *Cotidiano, Trabalho e Poder: a formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná*. Toledo: Ed. Toledo, 1997.

SILVA, Oscar. “Um mutirão em marcha”. *Recado*. Toledo, n. 7, ano XII, p. 25, 7 jul. 1984. Economia.

SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. “Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoal e políticos com o passado do exército nacional”. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº. 16, pp. 277-296, fevereiro de 1998.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias”. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n.º 15, pp. 51-71, abril de 1997.

“TOLEDO: CAPITAL da cultura quer expansão industrial”. *Tribuna D'Oeste*. Toledo, n. 90, ano II, p. 17, 29 de junho de 1977.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1979.

Artigo recebido para publicação em 15/02/2022

Artigo aprovado para publicação em 03/05/2022